

Caderno de encargos

Tipo de procedimento:	Concurso Público
Data de aprovação:	21/03/2025
Serviço requerente:	DRP
Objeto:	Aquisição de peças e serviços complementares de reparação e manutenção a veículos multimarca para a frota do IMT-IP, para o ano de 2024
CPV:	34300000-0 Peças e acessórios para veículos e seus motores e 50112200-5 - Serviços de manutenção de automóveis.
Procedimento n.º:	2025/22202

Parte I

Cláusulas jurídicas

Capítulo I

Disposições gerais do contrato

Cláusula 1.^a

Objeto e âmbito

1. O presente caderno de encargos é composto pelo clausulado jurídico e técnico, que rege o presente procedimento e visa integrar o contrato a celebrar entre o IMT, I.P., enquanto entidade adjudicante, e o adjudicatário.
2. O procedimento contratual de concurso público tem por objeto a aquisição de peças e serviços complementares de reparação e manutenção a veículos multimarca para a frota do IMT-IP, para o ano de 2025, à qual corresponde o CPV 34300000-0 Peças e acessórios para veículos e seus motores e 50112200-5 - Serviços de manutenção de automóveis.
3. Em tudo o que não se encontre previsto e/ou especificado nas peças do procedimento, a saber: programa endereçado e caderno de encargos, nos quais são indicados os termos e as condições que serão incluídos no contrato a celebrar, e do qual constituem parte integrante, serão aplicáveis, subsidiariamente, as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos (CCP), bem como outras disposições legais e regulamentares.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento contratual será composto pelo respetivo clausulado contratual e seu(s) anexo(s), quando aplicável, e será reduzido

- a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do CCP), integrando e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra ainda, e é composto, pelos seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificadas pelo(s) concorrente(s), desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Demais esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
 3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seu(s) anexo(s), se existentes, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos ao abrigo do disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido Código.

Cláusula 3.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos e para efeitos do definido no artigo 290.º-A do CCP, será designado, no momento da assinatura do contrato, um gestor do contrato do IMT, I.P., com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Nos contratos que impliquem especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, o gestor designado deverá elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do adjudicatário, a execução financeira, técnica e material do contrato.
3. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 4.ª

Local da prestação

1. A prestação objeto do presente caderno de encargos e contrato a celebrar terá lugar nas oficinas dos adjudicatários, as quais deverão ser localizadas apenas no concelho de Lisboa.
2. As eventuais oficinas subcontratadas deverão ter as suas instalações até 20km de distância da sede da entidade adjudicante, situada na Avenida Elias Garcia, nº. 103, 1050-098 Lisboa.

Cláusula 5.ª

Prazo de execução

3. A execução da presente aquisição tem data de início com a assinatura do contrato e manter-se-á em vigor até 31/12/2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia, quando aplicáveis.
4. As partes obrigam-se a cumprir fiel e imperativamente os prazos contratuais definidos, devendo proceder à comunicação imediata, assim que do mesmo tenham conhecimento, de qualquer impedimento ou circunstância modificativa do prazo de execução.

Cláusula 6.ª

Preço e condições de pagamento

1. O preço base definido para a presente aquisição é de cem mil euros (100.000.00€), dividido por 2 lotes no valor de cinquenta mil euros (50.000.00€) por lote, conforme Anexo 1, que consta da parte II deste caderno de encargos, sendo este o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor máximo indicado tem por base uma estimativa do consumo, sendo que só serão pagos os serviços, peças e acessórios, efetivamente requisitados pela entidade adjudicante, de acordo com os valores constantes da proposta adjudicada, e orçamento previamente autorizado.

3. Os preços base unitários definidos para cada serviço, são os seguintes, os quais não poderão ser ultrapassados sob pena de exclusão da proposta:

Designação/Serviços		Valor Base
Mão de Obra/hora		30,00 €
Valor Base Total para os serviços de Mão de Obra		30,00 €
Designação/Serviços		Valor Base
Serviços	Lavagem de estofos	120,00 €
	Higienização de condutas de ar e habitáculo	35,00 €
	Teste de diagnóstico e reset de avarias	50,00 €
	Alinhamento de direção	20,00 €
	Equilibragem de rodas (por roda)	7,00 €
	Desmontagem/montagem de pneus (por roda)	6,00 €
	Válvula de ar para jantes (por roda)	3,50 €
	Reparação de furo pneus (por roda)	8,50 €
	Transporte de viatura em caso de imobilização (Lisboa)	130.00€
	Transporte de viatura em caso de imobilização (fora de Lisboa)	300.00€
	Serviço de desempanagem (Lisboa)	100.00€

4. Pela execução da(s) prestação/prestações objeto do contrato, a entidade adjudicante obriga-se ao pagamento ao adjudicatário do(s) valor(es) constante(s) da(s) fatura(s) por este enviada(s), as quais deverão referir obrigatoriamente o número do contrato, a designação do objeto contratual e o número de compromisso respetivo, obtido nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.
5. A(s) fatura(s) referida(s) no número anterior, apenas pode(m) ser emitida(s) após a boa verificação do cumprimento/vencimento da obrigação respetiva, a qual deverá respeitar e acompanhar o(s) prazo(s) e a(s) fase(s) de execução contratuais definidos para o efeito nas especificações técnicas (Parte II) deste caderno de encargos.
6. Com efeito, e sempre que tal seja disposto pelo serviço requerente, as faturas deverão ser acompanhadas dos entregáveis respetivos, designadamente relatórios de execução.
7. Desde que devidamente verificados os pressupostos identificados e definidos *supra*, a(s) fatura(s) será/serão validada(s) pelo gestor de contrato, no prazo internamente definido para o efeito.
8. O prazo de validação interna da(s) fatura(s) por parte da entidade adjudicante não poderá ser superior a 30 (trinta) dias a contar da data da sua receção.

9. Uma vez cumprido o disposto nos números anteriores, o IMT, I.P. procederá ao pagamento da(s) fatura(s), através de transferência bancária, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da sua validação.
10. O processo interno de pagamento da entidade adjudicante, não deve exceder, em qualquer caso, 60 (sessenta) dias.
11. Em caso de atraso por parte do IMT, I.P. no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o adjudicatário direito a juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Cláusula 7.ª

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo das obrigações previstas em demais legislação aplicável, da celebração do contrato decorrerem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Preparação, planeamento e prestação de todos os requisitos inerentes à(s) prestação/prestações objeto do contrato;
 - b) Reunião e manutenção das condições e premissas técnicas previstas e descritas no presente caderno de encargos, salvo se forem negociadas condições mais vantajosas para a entidade adjudicante;
 - c) Prestação, de forma correta, fidedigna, rápida e eficaz, das informações referentes às condições em que será/é executado o objeto do contrato, durante o período de vigência do mesmo, sem prejuízo das demais obrigações acessórias que perdurem para além de tal prazo ou da prestação de outros esclarecimentos adequados, que se justifiquem, de acordo com os circunstancialismos inerentes;
 - d) Execução do objeto contratual de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
 - e) Recurso a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados à execução do contrato;

- f) Designação e indicação à entidade adjudicante do responsável do contrato, por parte do adjudicatário, para efeitos de comunicações e demais situações necessárias, o qual deverá estar definido no momento da assinatura do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
 - g) Comunicação à entidade adjudicante, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
 - h) Não alteração das condições de prestação de serviços fora dos casos previstos no caderno de encargos e/ou contrato a celebrar, sem orientação expressa da entidade adjudicante;
 - i) Não cedência da posição contratual sem prévia autorização da entidade adjudicante, para o efeito;
 - j) Comunicação junto da entidade adjudicante de qualquer facto que ocorra, durante a execução do contrato a celebrar, que o altere, designadamente, o seu responsável do contrato, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - k) Não divulgação, por qualquer forma, sem prévia autorização escrita da entidade adjudicante, dos elementos entregues por esta, no âmbito do presente procedimento, bem como das informações que o adjudicatário vier a ter conhecimento, na fase de execução do contrato, relacionadas com a atividade da entidade adjudicante, restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios aquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - c) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 8.ª

Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IMT, I.P., de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem poderão ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se durante e após a vigência do contrato, relativamente a todos os dados e informação provenientes da execução do mesmo.

Cláusula 9.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a segunda contraente indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 10.ª

Proteção e tratamento de dados pessoais

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do referido RGPD na ordem jurídica portuguesa, bem como a

demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo

- do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.
2. O adjudicatário não pode subcontratar o serviço relativamente ao qual é estabelecido o presente contrato, nem o tratamento de dados pessoais de titulares da entidade adjudicante, sem a prévia autorização desta, dada por escrito.
3. O adjudicatário deve apagar ou devolver (consoante a escolha da entidade adjudicante) todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional.
4. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.
5. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são, os previstos no n.º1 do artigo 4.º do RGPD.
6. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, a entidade adjudicante.
7. O adjudicatário deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
8. Para melhor compreensão do supra exposto está disponível para consulta, na página instrucional do IMT, I.P., a Política de Privacidade e de Proteção de Dados.

9. Para os devidos efeitos, divulga-se o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do IMT, I.P.: dpo@imt-ip.pt.

Cláusula 11.ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. Constitui obrigação da entidade adjudicante pagar o preço contratual adjudicado, mediante verificação do bom cumprimento da prestação e execução contratual por parte do adjudicatário, em respeito das condições de pagamento estabelecidas na cláusula 6.ª do presente caderno de encargos.
2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a entidade adjudicante só se obriga a pagar ao adjudicatário a(s) prestação/prestações que efetivamente venha(m) a ser executada(s).
3. Constitui ainda obrigação da entidade adjudicante o acompanhamento da prestação e execução, resultante do contrato a celebrar, pelo gestor designado para o efeito, nos termos do artigo 290-A.º do CCP.
4. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra prestação contratual, dentro dos termos e condições definidos para o efeito.
5. Com efeito, procederá igualmente à comunicação ao adjudicatário da alteração do gestor de contrato designado, bem como respetivos elementos de contacto, caso a mesma ocorra durante o período de vigência do mesmo.

Capítulo III

Vicissitudes contratuais

Cláusula 12.ª

Responsabilidade do adjudicatário

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade adjudicante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam.

2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

Cláusula 13.ª

Resolução do Contrato

1. Caso se verifique que o adjudicatário não coloca à disposição da entidade adjudicante, os meios e/ou recursos necessários, identificados no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, necessários à boa execução do contrato, e/ou uma vez verificado o não cumprimento do(s) prazo(s) definidos para o efeito, sem que para tal haja fundamento ou impedimento justificativo, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização ao adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por facto imputável ao adjudicatário, das respetivas prestações contratuais, bem como nos demais termos previstos e dispostos no CCP (cfr. artigo 325.º e ss.).
3. Para efeitos do disposto na presente cláusula, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação, por facto imputável ao adjudicatário, por um período superior a 30 (trinta) dias úteis.
4. Completados 30 (trinta) dias úteis de atraso o contrato poderá ser resolvido unilateralmente pelo IMT, I.P., enquanto entidade adjudicante.
5. O exercício pela entidade adjudicante do direito de resolução previsto nos números anteriores não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário, nos termos gerais do direito.
6. O disposto no presente artigo não se aplica se o atraso se verificar por razões não imputáveis ao adjudicatário, caso em que este poderá propor, por via de carta registada, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a resolução do contrato.

Cláusula 14.ª

Sanções contratuais

Não obstante as penalidades previstas na Parte II do presente caderno de encargos, as quais acompanham as especificidades técnicas ali definidas, a entidade adjudicante poderá exigir ao

adjudicatário o pagamento de sanção pecuniária, pelo incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, sem IVA, o qual poderá ser fixado por cada dia de atraso da prestação ou na sua globalidade.

Cláusula 15.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultante do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente consubstanciada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 16.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização expressa da entidade adjudicante para o efeito.
2. Mediante a autorização contemplada no número anterior, deverá ser apresentada pelo cessionário ou subcontratado toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. A entidade adjudicante aprecia, designadamente, se o cessionário ou subcontratante não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Despesas

São da responsabilidade e correm por conta do adjudicatário, designadamente as seguintes despesas:

- a) Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros;
- b) O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes, relativos à execução do contrato no território do país ou países do(s) fornecedor(s);

- c) A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre a prestação contratual;
- d) Quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
- e) Correm igualmente por conta do adjudicatário todas e quaisquer despesas, nomeadamente despesas de transporte, armazenamento e manutenção de materiais, e/ou alojamento e alimentação de meios humanos, bem como de instalação e/ou configuração de equipamentos, formação e/ou apoio técnico;
- f) Encargos com telecomunicações, reprodução/impressão de documentos, equipamento informático, consumíveis de escritório e demais despesas gerais com material de economato, bem como com correios e/ou tradução/obtenção de documentos (oficiais e não oficiais);
- g) Todas as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 18.ª

Interpretação do Contrato

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar, por escrito, um esclarecimento à entidade adjudicante, através do endereço indicado no contrato, pertencente ao gestor do contrato designado.
2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução dos serviços, as orientações que lhe forem transmitidas pela entidade adjudicante, designadamente pelo gestor do contrato, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do contrato.

Cláusula 19.ª

Publicidade

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, sem a prévia autorização do IMT, I.P., enquanto entidade adjudicante.

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

1. A contagem de prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do CCP e acompanha o disposto no Código do Procedimento Administrativo, por remissão da disposição aplicável.
2. A contagem de prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do CCP, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

Cláusula 22.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Cláusula 23.^a

Lei Aplicável

O contrato rege-se pela Lei portuguesa.

PARTE II

Especificações técnicas

Cláusula 1.ª

Requisitos Técnicos

1. As instalações oficiais do adjudicatário deverão ter uma área própria segura para estacionamento de todas as viaturas da entidade adjudicante que estejam a ser objeto de reparação, devidamente reservada e vedada ao público.
2. Em caso algum, os veículos da entidade adjudicante poderão ficar estacionados ou parquados fora das instalações do adjudicatário para além do horário de funcionamento, ou em quaisquer circunstâncias contrárias à legislação em vigor, decorrendo toda a responsabilidade por tais factos ao adjudicatário.
3. A segurança das viaturas, bem como todos e quaisquer danos que venham a ser detetados depois da entrega das viaturas nas instalações do adjudicatário, serão da responsabilidade do adjudicatário.
4. As oficinas devem estar preparadas com todas as ferramentas e equipamentos necessários às reparações dos veículos indicados no Anexo I do presente caderno de encargos, incluindo pelo menos um dos sistemas “Audatex”, “Autodata”, “AiEXPERT” ou equivalente.
5. O número de quadro dos veículos identificados no Anexo I do presente caderno de encargos será disponibilizado em sede de execução contratual.
6. No ato de receção dos veículos o adjudicatário deve:
 - a) Verificar o estado geral do veículo;
 - b) Verificar os materiais e equipamentos que se encontram no seu interior;
 - c) Elaborar uma “GUIA DE RECEÇÃO E ENTREGA DE VIATURA”, Anexo II, que deve ser assinada pelo motorista que faz a entrega, e onde devem constar os seguintes elementos:
 - ◆ Identificação do veículo;
 - ◆ Data da receção do veículo;
 - ◆ Confirmação da anomalia requisitada ou anotação de outras anomalias não identificadas;

- ◆ Quilómetros registados;
 - ◆ Previsão de entrega da viatura pela oficina;
 - ◆ Anomalias detetadas por uso negligente ou má utilização da viatura;
 - ◆ Outros que entender necessários.
7. A “Guia de Receção de Viatura”, deve ser remetido ao IMT por correio eletrónico para gestao.frota@imt-ip.pt, indicando expressamente:
- a) A data de conclusão da prestação do serviço, entenda-se, “Levantamento” da viatura pelo motorista;
8. Após a conclusão da intervenção na viatura, deve:
- a) Comunicar ao IMT a conclusão da intervenção na viatura;
 - b) Descrever sumariamente a reparação efetuada com indicação das peças e matérias aplicados;
 - c) Entregar cópia da “Guia de receção de viatura” ao motorista que preceder à receção da viatura para assinar;
 - d) Remeter por correio eletrónico, cópia da “Guia da receção da viatura”, para o IMT, depois de assinada pelo motorista.
9. A experiência de viaturas na via pública, deverá limitar-se ao espaço de tempo estritamente necessário para o efeito, decorrendo para o prestador de serviço todas as responsabilidades daí inerentes;
10. É estritamente proibido o uso de sirenes e “STROBES” das viaturas equipadas com estes dispositivos;
11. Cabe ao IMT, após receção da viatura, fazer os testes que achar convenientes e em caso de detetar anomalias, voltar a entregar a viatura nas instalações do adjudicatário;

Cláusula 2.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
- a) Fornecer os bens e serviços nos termos propostos;

- b) Submeter via email, à aprovação prévia um orçamento discriminativo dos serviços a executar e das peças a incorporar no âmbito desse serviço, com indicação dos preços individualizados, para maior clareza juntar fotografia e/ou vídeo acompanhado por diagramas explicativos para evidenciar as recomendações e a prioridade da reparação a realizar;
 - c) As reparações/intervenções só poderão ter início após aprovação dos respetivos orçamentos pela entidade adjudicante;
 - d) O valor das peças e materiais a aplicar nas intervenções/reparações, terão de ter o(s) desconto(s) indicado(s) na proposta, devendo incidir sobre o valor das peças adquiridas pelo adjudicatário;
 - e) Em qualquer momento do processo, com vista a validar os orçamentos/faturação, a entidade adjudicante poderá solicitar ao adjudicatário cópia da fatura original dos bens por ele adquiridos, para verificação e confirmação;
 - f) No orçamento, para além do valor total da reparação, (peças/acessórios e mão-de-obra), deverá constar o tempo estimado de imobilização da viatura.
2. O adjudicatário está obrigado a cumprir com os prazos de resposta, bem como o prazo de garantia das reparações, constantes da proposta adjudicada, tendo em consideração os seguintes parâmetros base:

Designação/Serviços	Parâmetro Base
Prazo de resposta de orçamentação (em horas)	≤ 72h
Prazo de resposta da reparação (em horas)	≤ 96h
Garantia reparação, incluindo peças e acessórios (em meses)	≥ 12 meses

3. O adjudicatário está obrigado a cumprir as percentagens de desconto, constantes da proposta adjudicada, tendo em consideração os seguintes parâmetros base:

Designação/Serviços	Parâmetro Base
Percentagem de desconto nas peças de origem	Entre os 0% e os 10%
Percentagem de desconto nas peças multimarca/linha branca	Entre os 0% e os 10%

4. Sempre que as instalações oficiais dos subadjudicatários sejam fora do concelho das instalações da entidade adjudicante, todos os custos e encargos serão da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 3.ª

Aceitação dos serviços

1. Em resposta à proposta de orçamento apresentada pelo adjudicatário, o Contraente Público, poderá:
 - a) Rejeitar a proposta mencionada no número anterior;
 - b) Contrapor uma diferente solução;
 - c) Aceitar a proposta de serviços com fornecimento de bens e equipamentos, mediante a emissão de requisição;
 - d) Aceitar a proposta de serviços sem fornecimento de bens e equipamentos;
 - e) Aceitar a proposta de fornecimento de bens e equipamento sem prestação de serviços.
2. Para efeitos das alíneas a), d) e e) do número anterior fica claramente estipulado que o IMT, I.P. poderá contratar com terceira entidade, respetivamente, quer a aquisição de serviços e bens, quer a aquisição de bens, quer a aquisição de serviços.
3. Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ele designado, sempre que entenda necessário, procede à inspeção quantitativa e qualitativa das reparações, no sentido de verificar a sua conformidade e proceder à sua aceitação.

Cláusula 5.ª

Penalidades

1. Considerando o prazo de entrega/devolução da viatura, a que refere o n.º 3 da cláusula 1.ª da presente Parte II ao Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 1%, sobre o valor total do contrato, no primeiro dia de atraso de entrega, por cada uma das viaturas em falta;
2. A partir do 1.º dia de atraso será aplicada uma sanção cumulativa em função dos dias de atraso sobre o valor total do contrato, do seguinte modo:
 - 2.1. +1,5% no segundo dia de atraso;

2.2. +2% no terceiro dia de atraso;

2.3. + 3% por cada dia de atraso, a partir do terceiro dia de atraso em diante.

Anexo 1

Veículos da Frota do IMT-IP, divididos por dois lotes, conforme mencionado na clausula 6.º

Frota automóvel - Lote 1

	Matrícula	Marca	Modelo	ANO
1	43-47-RG	Volkswagen	Transporter	2001
2	20-33-NF	Volkswagen	PASSAT	1999
3	20-25-NF	Volkswagen	PASSAT	1999
4	20-69-NF	Volkswagen	PASSAT	1999
5	86-11-LR	Volkswagen	POLO	1998
6	86-25-LR	Volkswagen	POLO	1998
7	85-50-LR	Volkswagen	POLO	1998
8	17-79-QQ	PEUGEOT	206	2000
9	27-19-QP	PEUGEOT	206	2000
10	26-87-QP	PEUGEOT	206	2000
11	00-24-PP	PEUGEOT	206	2000
12	00-26-PP	PEUGEOT	206	2000
13	42-40-RG	TOYOTA	COROLLA	2001
14	28-46-RE	TOYOTA	COROLLA	2001
15	02-03-JM	RENAULT	CLIO	1998
16	67-90-RM	RENAULT	CLIO	2001
17	68-34-RM	RENAULT	CLIO	2001

Frota automóvel - Lote 2

	Matrícula	Marca	Modelo	ANO
1	81-77-MH	AUDI	A6	1998
2	98-98-SJ	TOYOTA	LAND CRUISE	2001
3	14-30-VO	SEAT	LEON	2003
4	51-13-RG	BMW	320d	2001
5	94-45-QU	NISSAN	TERRANO	2000

6	12-18-SE	SEAT	LEON	2001
7	24-99-SD	SEAT	LEON	2001
8	25-09-SD	SEAT	LEON	2001
9	25-01-SD	SEAT	LEON	2001
10	24-98-SD	SEAT	LEON	2001
11	25-02-SD	SEAT	LEON	2001
12	25-08-SD	SEAT	LEON	2001
13	25-00-SD	SEAT	LEON	2001
14	25-07-SD	SEAT	LEON	2001
15	98-99-SJ	TOYOTA	LAND CRUISE	2001
16	95-20-IL	OPEL	CORSA	1998

LOTE	Preço sem IVA	Preço com IVA	Preço dos Bens (c/IVA)	Preço dos Serviços (c/IVA)
Frota automóvel – Lote 1	40.650.41€	50.000.00€	25.400.00€	24.600.00€
Frota automóvel – Lote 2	40.650.41€	50.000.00€	25.400.00€	24.600.00€

Anexo 2

Guia de Receção de viatura

Identificação da Viatura

Matrícula: _____ KM: _____

Marca/Modelo: _____

ORÇAMENTO

ORÇAMENTO N.º	DATA	VALOR c/ IVA
_____	_____	_____ €

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

RECEÇÃO DA VIATURA EM OFICINA

DATA	HORA	MOTORISTA
_____	_____	_____

PREVISÃO DE ENTREGA DA VIATURA PELA OFICINA

DATA	HORA	MOTORISTA
_____	_____	_____

LEVANTAMENTO DA VIATURA PELO IMT

DATA	HORA	MOTORISTA
_____	_____	_____

Anomalias detetadas por uso negligente ou má utilização do equipamento: